

SÍNTESE ECONÔMICA

ASPECTOS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Algumas indicações estatísticas põem de manifesto aspectos relevantes do processo de desenvolvimento na América Latina em geral e no Brasil em particular. A evidência mais significativa é quanto à pressão dos problemas agrícolas no quadro de nossas realidades. Maior fonte de empregos, mais importante produtora de divisas, com elevada contribuição para o produto interno bruto, a agricultura latino-americana, todavia, se apresenta ainda carente de condições para ajustar-se em termos válidos ao processo de desenvolvimento. As dificuldades a enfrentar exigem ação decisiva e preponderante do setor público. No caso particular do Brasil, assinala-se que, neste ano de 1966, o café ainda contribuiu com 44,5% para o valor das exportações. A produção de derivados de petróleo acusou incremento de 8% em 1966.

UM estudo do BID intitulado *Desenvolvimento Agrícola na América Latina* propõe importantes inovações no programa agrícola dos países do Continente.

Ao mesmo tempo que admite haja a América Latina evitado até agora uma crise malthusiana, o autor do estudo, Professor MONTAGUE YUDELMAN, do Centro de Pesquisa do Desenvolvimento Econômico da Universidade de Mi-

chigan, aponta a necessidade de um aumento do investimento agrícola da ordem de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão por ano, 60% a 70% acima dos níveis correntes, durante os próximos dez anos.

O Professor YUDELMAN acen-tua estatísticas reveladoras, dizendo que:

1. A agricultura é a maior fonte de empregos da América Latina, pois nela trabalham aproxi-

madamente 90 milhões de pessoas. A percentagem da população latino-americana que vive na zona rural é de 45%.

2. Em 14 das 19 nações da Aliança para o Progresso, a agricultura é o setor que mais contribui para o produto interno bruto.

3. As exportações de produtos agrícolas é que concorrem principalmente para que a América Latina obtenha as divisas cambiais necessárias à importação de bens de capital. As exportações de produtos agrícolas, num montante de US\$ 3,5 a US\$ 4 bilhões, correspondem a mais da metade do valor anual das exportações latino-americanas e representam quase três quartos, se fizermos exclusão do petróleo.

4. A grande população rural da América Latina constitui um mercado potencial enorme — embora atualmente pobre — para a produção industrial. As receitas rurais são, em média, de menos de ... US\$ 200 *per capita* por ano.

5. O êxodo rural vem contribuindo fortemente para a taxa de crescimento anual urbano de 5%, a qual está criando necessidades crescentes de alimentos. De acordo com o Professor YUDELMAN, a explosão urbana da América Latina é um argumento em favor dos investimentos na zona rural, a fim de elevar a receita e expandir o mercado de trabalho, criando assim maiores incentivos para a permanência dos agricultores na terra.

6. A falta de elasticidade do abastecimento de víveres na América Latina é um fator que contribui em muitos países para a pres-

sa inflacionária. O custo em ascensão dos víveres e a conseqüente espiral do custo e salário reduzem o poder de concorrência no mercado de exportação dos produtos que exigem trabalho intensivo.

Diante dessas realidades econômicas desfavoráveis, o agricultor latino-americano não está em condições de lutar. Não pode realizar pesquisas, formar técnicos, autofinanciar-se de maneira razoável ou expandir sozinho suas facilidades de crédito. Assim sendo, diz o Professor YUDELMAN, o setor público assume grande importância no sentido de promover o desenvolvimento agrícola.

Em breve prazo, a produção agrícola terá de aumentar 5% ao ano, a fim de permitir a taxa de aumento de 2,5% da renda *per capita* estabelecida na Carta de Punta del Este. Nos últimos anos, a taxa de 5% só foi ultrapassada em alguns países, inclusive El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela. Uma taxa de crescimento de 5% em toda a América Latina aumentaria a receita agrícola, melhoraria a nutrição rural, daria maiores mercados à indústria, reduziria o desemprego urbano, contribuiria para combater a inflação, ampliaria a base tributária e, o que seria de vital importância, aumentaria as divisas cambiais.

O estudo afirma que, além de maior investimento no desenvolvimento agrícola, o setor público e o privado terão de fazer maiores despesas para que a produtividade agrícola atinja metas mais altas. Só as necessidades de fertilizantes exigem um aumento de despesa

de US\$ 80 milhões por ano, 40% acima dos níveis atuais, a fim de que esse importante fator de rendimento possa ter efeito sobre a produtividade agrícola em consideráveis áreas da América Latina.

Além disso, o estudo afirma que deve ser aumentado ao quádruplo o número de agrônomos qualificados. Isso exigiria o investimento e o gasto combinados de US\$ 3.000 a US\$ 5.000 milhões para adestrar mais 50.000 cientistas agrícolas.

Quanto às divisas cambiais da agricultura, o estudo calcula que haverá necessidade, anualmente, de US\$ 100 e US\$ 200 milhões em moeda forte para custear as importações de bens de investimento.

Dentro desse quadro, diz o estudo, as contribuições das principais agências de ajuda terão de ser aumentadas. Essas contribuições importaram em 1965 em 4% a 5% do investimento total na agricultura. O desembolso anual médio dos últimos cinco anos representa menos de metade das divisas estrangeiras adicionais para fins de investimento, necessárias para que sejam atingidas as taxas de crescimento postuladas na Carta da Aliança. Nos últimos cinco anos, de acordo com os dados apresentados no estudo, o BID forneceu, aproximadamente, metade da ajuda concedida para o desenvolvimento agrícola.

Em vista das gigantescas necessidades da agricultura latino-americana, deve haver —segundo o estudo— maior empenho nos investimentos geradores de crescimento. Um comitê interagencial de alto

nível para traçar uma política de desenvolvimento agrícola poderia dar resultado no planejamento da estratégia desse desenvolvimento.

O estudo prevê esforços intensificados nos campos da educação, da pesquisa, da extensão e do crédito agrícola. Prevê também um levantamento geral das necessidades de mão-de-obra, e a revisão dos currículos agrícolas e dos programas educacionais com a finalidade de: a) assegurar prioridade a longo prazo para o adestramento de mão-de-obra de alto nível; e b) dar prioridade imediata ao aumento do número de extensionistas e administradores agrícolas.

Em referência às necessidades educacionais, o estudo louva a eficácia das relações entre as universidades de países economicamente desenvolvidos e as da América Latina.

O Professor YUDELMAN afirma que há “urgente necessidade de que os governos latino-americanos definam sua política agrícola e tenham programas coerentes para execução da mesma”. Embora quase todos os países da América Latina tenham um plano de desenvolvimento, “o setor mais fraco do plano é geralmente o do desenvolvimento agrícola”. O resultado é que as verbas para o setor agrícola nos programas de desenvolvimento são esquecidas ou reduzidas.

O Professor YUDELMAN faz várias propostas específicas para a ajuda ao desenvolvimento agrícola, entre as quais as seguintes:

1. Condições para empréstimos das agências internacionais que estabeleçam que os governos

empreenderão a prestação de serviços adicionais de desenvolvimento no setor agrícola —pesquisa, educação e extensão— depois da terminação dos empréstimos.

2. Empréstimos em “pirâmide”, isto é, empréstimos com desembolso inicial avultado das agências emprestadoras, as quais iriam diminuindo suas contribuições ao passo que as dos países beneficiários aumentariam proporcionalmente.

3. Certos empréstimos para o desenvolvimento poderiam destinar uma parcela para a contratação de serviços em favor do desenvolvimento agrícola.

4. Equiparação de interesse. O Professor YUDELMAN sugere que se deve encontrar um meio, talvez um fundo especial, para afastar os riscos especiais dos empréstimos ao setor agrícola, tornando-os assim tão interessantes para as instituições emprestadoras quanto os que são feitos à indústria.

SEGUNDO estatísticas idôneas, no período 1960-1965 o aumento do produto nacional bruto da América Latina foi, em média, de 4,6% anualmente, um pouco abaixo da taxa de 4,7% dos cinco anos anteriores, em consequência de vários fatores, inclusive a instabilidade das receitas de exportação. O desenvolvimento adverso de dois grandes países (a Argentina, que registrou um decréscimo de 3,3% no PNB em 1962 e um decréscimo de 4,7 em 1963, e o Brasil, cujo PNB aumentou apenas 1,4% em 1963 e 1% em 1964) concorreu consideravelmente para

baixar a taxa do PNB da América Latina em geral.

Durante o mesmo período de cinco anos, o setor agrícola (que abrange a indústria florestal, a caça e a pesca) acusou a taxa média de crescimento anual de 3,8%; a indústria, de 6,1%; os serviços de eletricidade, gás e água, de 9,2%; os transportes e a construção, de 4,5% e outros serviços, inclusive o governo, de 4,3%.

A produção agrícola latino-americana aumentou 4% anualmente, de 1960 a 1965. A produção de alimentos, entretanto, que representa 80% do total da produção agrícola, se atrasou, aumentando numa proporção igual ou ligeiramente superior ao crescimento da população.

A percentagem da indústria leve na produção industrial total da América Latina diminuiu de 60% para 51% entre 1955 e 1965. A produção do aço aumentou rapidamente, passando de 3,3 milhões de toneladas em 1955 a 8,2 milhões de toneladas em 1965, ou seja, quase 7% ao ano. Em 1965, a indústria automobilística (que era quase inexistente em 1955) produziu mais de meio milhão de unidades. As indústrias de aparelhos eletrodomésticos, produtos químicos, papel e celulose mostraram-se também dinâmicas durante o período que é objeto de exame.

O comércio exterior é uma das áreas mais fracas da economia regional. Durante os dez anos entre 1956 e 1965, o valor das exportações latino-americanas aumentou numa taxa média anual de 3,9%, ao passo que nos países de-

envolvidos o aumento foi de 10% ao ano. As exportações dos países em desenvolvimento cresceram 5,4%, com 10,5% para a Ásia e 15,2% para a África. A participação latino-americana no valor total das exportações mundiais caiu de 8,6% em 1956 a 5,9% em 1965.

O VALOR total das exportações brasileiras, em 1966, elevou-se a US\$ 1.749 milhões, contra US\$ 1.595 milhões no ano anterior. Registrou-se, dessarte, um incremento da ordem de US\$ 154 milhões, ou seja, cerca de 9,6%.

Para esse resultado contribuiu o café com 44,5%, produzindo receita no valor de US\$ 777 milhões, que representa aumento de aproximadamente 10% sobre a alcançada em 1965. Entretanto, a quantidade exportada, no total de 1.022.254 toneladas, foi de 26% superior à embarcada em 1965, evidenciando queda no preço unitário.

Os demais produtos, considerados em conjunto, apresentaram, ao contrário, redução de 0,5% na tonelagem exportada, que foi de 18.778.524 t, contra 18.869.945 t em 1965. Apesar disso, a receita cambial experimentou incremento da ordem de 9%, graças às melhores cotações alcançadas em diversos itens da pauta, especialmente cacau e derivados, couros e peles, arroz e oleaginosas.

A exceção do café, os produtos que mais contribuíram para a formação da receita cambial, em 1966, foram o algodão em rama (US\$ 111,1 milhões); os manufaturados (US\$ 104,4 milhões); minério de ferro (US\$ 97,9 mi-

lhões); açúcar (US\$ 80,3 milhões); madeira de pinho (US\$ 36,3 milhões); e cacau em amêndoas (US\$ 50,5 milhões).

O INCREMENTO de 8% no volume das entregas de derivados de petróleo às companhias distribuidoras, em 1966, é apontado, no relatório das atividades da PETROBRAS, como sintoma da retomada de crescimento econômico do país.

Em 1965, esse volume havia baixado de 4,4% em relação ao ano anterior. Em 1966, o consumo dos setores de transportes e industrial teve índices de crescimento mais significativos do que os observados no consumo doméstico.

Contribuíram decisivamente para os elevados percentuais de aumento o consumo das gasolinas automotivas (9,3% da comum e 10,3% da especial) e do óleo diésel (8,4%), e o incremento da produção de autoveículos que foi da ordem de 33% (exclusive tratores), bem como a expansão do programa de pavimentação da rede rodoviária, que pode ser avaliada pelo aumento do consumo de asfalto (de 294 mil metros cúbicos, em 1965, para 362 mil metros cúbicos em 1966).

Ainda no setor de transportes, foram consumidos 576 mil metros cúbicos de combustível de aviação, contra 530 mil metros cúbicos no ano anterior. Prosseguiu o processo de substituição da gasolina de aviação pelo querosene para jato. Enquanto o primeiro desses produtos se retraiu de aproximadamente 1,5%, o segundo acusou acréscimo superior a 15%.

A taxa de 5,4%, correspondente ao aumento de consumo de óleo combustível —derivado basicamente representativo da demanda do setor industrial—, torna-se mais expressiva diante da crescente oferta de eletricidade uma vez que as hidrelétricas influem diretamente na redução do mercado daquele produto. Em 1966, as usinas geradoras de eletricidade consumiam 1.442.000 metros cúbicos de óleo combustível. Em 1965, esse consumo estava reduzido quase à metade, ou seja, 796.000 metros cúbicos. Não obstante, a queda verificada no consumo total de óleo combustível, nesse mesmo período, foi de 477 mil metros cúbicos.

A existência de capacidade, ainda ociosa, na produção de hidrelétrica, não permite admitir-se a recuperação dessa parcela do mercado, devendo-se, portanto, vincular praticamente o crescimento registrado no consumo à intensificação da atividade industrial. Considerando que as indústrias de

cimento e de refinação e a siderurgia participam em mais de metade do consumo industrial de óleo combustível, e que seus volumes de produção cresceram substancialmente (9%, 9,5% e 19%, respectivamente) em relação ao ano anterior, explica-se o aumento do consumo desse derivado, apesar de persistir a retração do setor termelétrico.

Entre os combustíveis de uso doméstico, o consumo de querosene persistiu em sua tendência declinante, situando-se em torno de 570 mil metros cúbicos, cifra inferior às observadas para todos os anos do último decênio.

O percentual de crescimento de 11,7% para o gás liquefeito é considerado moderado, uma vez que a demanda desse produto tem apresentado ritmo de expansão bem superior. A desaceleração no consumo de GLP pode ser atribuída à saturação parcial que se verifica em alguns centros do país e à gradual eliminação da subvenção a esse produto.

E M A Q — ENGENHARIA E MAQUINAS S.A.

**ESTALEIROS DE CONSTRUÇÃO NAVAL
ATERROS HIDRÁULICOS — DRAGAGEM**

**Sede: RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134 - 19.º
TEL. 43-9696**

**Estaleiros: SACO DA ROSA — ILHA DO GOVERNADOR
ESTADO DA GUANABARA**